

**Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento – MAPA  
Companhia Nacional de Abastecimento –  
Conab  
Diretoria de Gestões de Estoques – Diges  
Superintendência de Programas  
Institucionais e Sociais de Abastecimento  
– Supab  
PNUD/Conab BRA 03/034**

**Trabalho resgatado da época do Sinac**

**Título:  
Mesa Redonda Sub-Regional sobre o  
Melhoramento do Abastecimento a Partir  
dos Mercados Atacadistas.**

**Autor:  
Equipe do Decen**

**Data:  
Setembro de 1987**

---

---

ESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA MESA REDONDA REALIZADA  
EM BRASÍLIA (COBAL/CDRH) NOS DIAS 18, 19 E 20/08/87, COM  
PATROCÍNIO DA COBAL/FAO.

---

---

BRASÍLIA/DF  
SETEMBRO/87

## **1. TÍTULO**

Mesa Redonda Sub-Regional sobre o melhoramento do Abastecimento a partir dos Mercados Atacadistas (Centrais de Abastecimento).

## **2. PATROCÍNIO**

Escritório Regional da FAO para a América Latina e Caribe (Santiago/Chile) e Companhia Brasileira de Alimentos/Cobal.

## **3. COORDENAÇÃO**

Departamento de Centrais de Abastecimento/Decen e Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos/CDRH.

## **4. PAÍSES**

Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai.

## **5. PARTICIPANTES**

Participaram da referida Mesa Redonda 09 elementos do exterior, 19 brasileiros, principalmente dirigentes das Centrais de Abastecimento e diversos técnicos da própria Cobal, conforme relação anexa.

## **6. TEMAS BÁSICOS**

Melhorias Tecnológicas a partir dos Mercados Atacadistas (Produção Programada, Caixa Único, Controle de Qualidade, Informação de Preços e Mercado, Padronização, Classificação e Embalagem) e Ações de Apoio Direto à Comunidade (Mercados Comunitários, Compras Comunitárias, Varejão, Sacolão, Hortomercados, Módulos de Abastecimento, Feiras Cobertas e Livres).

## 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 7.1 Grupo I

O grupo I, responsável pelo tema Melhorias Tecnológicas a partir dos Mercados Atacadistas, composto de representantes do Brasil (Maria Aparecida S. Pereira, Miguel Ângelo N. Lopes, Geraldo Magela Paes, Tarcísio da S. Siqueira e Paulo F. M. de Queiroz), Argentina (Luis Alberto Dulce) e Colômbia (Alexis Riviera), concluiu o seguinte:

- Quanto ao Caixa Único: Que para a formalização da proposta do Grupo foi decisiva a participação do representante Argentino, que abordou o assunto a partir das razões que levaram aquele país a adotar o sistema. Como antecedentes aquele representante considerou, entre outros, os seguintes aspectos:
  - ✓ Alto custo da produção hortigranjeira, uma vez que este tipo de atividade é de cunho intensivo, com elevada tecnologia, o que implica em inversões igualmente altas;
  - ✓ Acrescente descapitalização do produtor em função do quadro econômico e,
  - ✓ A escassa rotação do capital de trabalho (uma ou duas vezes ao ano).

Como consequência dos antecedentes mencionados, verificou-se:

- ✓ A necessidade de utilização intensiva de crédito, o que é altamente oneroso e nem sempre ocorria na medida das necessidades do produto;

- ✓ Os prazos de pagamento ao produtor iam se dilatando e com isto se agravava o quadro produtivo.

Partindo do conhecimento dessa situação, o Mercado Central de Buenos Aires passou a desenvolver um modelo onde o produtor passaria a dispor de uma maior transparência no tocante às operações comerciais, no momento em que se soubesse a quem e em que condições foi vendida a sua produção.

Dessa forma, os estudos alternativos compreenderam ações visando o encurtamento dos prazos, ou seja, o varejista quando comprava a prazo pagava um preço que incluía o custo financeiro proporcional ao prazo estabelecido. Todavia, este diferencial, destinado a remunerar o prazo, permanecia em poder do atacadista que o utilizava para especular no mercado financeiro e fortalecer seu capital, enquanto ao produtor nada se agregava em termos de ganhos reais.

Assim, uma vez diagnosticado o processo, optou-se pelo sistema de pagamento à vista, como forma de se remunerar melhor a atividade produtiva e quiçá transferir ao consumidor uma parte dos ganhos reais daí decorrentes, via barateamento do preço final. Espera-se que uma vez que não se agrega a remuneração ao prazo, o produto chegue ao consumidor a melhores preços.

No caso da Argentina, o “Mercado Nacional de Batatas” serviu como experiência piloto e base de testes para a implantação do “Pagamento Centralizado” no Mercado Central de Buenos Aires.

A estrita observância das normas que regem o perímetro de proteção teve um papel fundamental para o êxito do sistema.

Ante o exposto, portanto, o Grupo I julga importante recomendar o seguinte sobre o sistema de Pagamento Centralizado ou Caixa Único:

- ✓ Que se possibilite, através de uma das redes de Cooperação Técnica da FAO, o conhecimento "in loco" da experiência Argentina, de forma a possibilitar um conhecimento detalhado da operação ao nível de vantagens e desvantagens, objetivando que cada país possa desenvolver um modelo compatível com as particularidades a eles inerentes. Do mesmo modo, aproveitar a experiência da Ceagesp/Banespa;
- ✓ Que sejam formalizados acordos específicos de transferência de tecnologia entre os países latino-americanos, fortalecendo o intercâmbio de experiências e propiciando a queima de etapas e a economicidade dos projetos a serem implantados;
- ✓ Que seja formalizado um trabalho educativo junto às comunidades produtoras e demais setores intervenientes do processo comercial, visando a formação de uma mentalidade profissional e o fortalecimento do produtor como instrumento de poder durante a fase de negociação e implantação do Pagamento Centralizado. Para isto interagir com os organismos de extensão rural e assistência técnica, com as cooperativas e demais formas organizadas da sociedade civil;
- ✓ Que seja estimulada a organização dos produtores de modo a fortalecê-los como agentes do processo e aumentar-lhes o poder de barganha, como agentes comerciais organizados;
- ✓ Que seja fortalecido, através de firme vontade política, o cumprimento das normas que regem o perímetro de proteção, através da fiscalização permanente e da aplicação das sanções previstas em lei para o mercado paralelo;

- ✓ Que seja implantado o sistema de Caixa Único a partir de um projeto piloto, o qual, uma vez bem sucedido, será gradativamente estendido às demais unidades do sistema de Abastecimento.
  
- Quanto à Produção Programada: A proposta de Produção Programada visa engajar o produtor no rateio dos benefícios gerados pelo processo produtivo, de maneira mais eqüitativa, mediante a adequação temporal da oferta e demanda, eliminando, pelo lado do consumidor, os inconvenientes da escassez de produtos e as oscilações bruscas de preços, decorrentes da falta de planejamento das safras. Evidentemente que, se num país de maiores dimensões, com ocorrência simultânea de microclimas diferenciados, torna-se mais fácil deslocar a produção através de um mapeamento das zonas produtoras, visando o incentivo aos produtos alternativos, por outro lado, nos países menores, com menores disponibilidades do fator terra, a importância da Produção Programada de caráter educativo pode vir a determinar o equacionamento da demanda do mercado e da renda do setor agrícola.

Assim, a partir dessas considerações e do sucesso obtido com o Programa de Produção Programada levado a efeito pela Ceasa/MG e outros organismos daquele estado brasileiro, o Grupo julga oportuno recomendar o seguinte:

- ✓ Que a problemática alimentar seja enfocada de forma sistêmica a partir da questão da produção;
- ✓ Que o crédito orientado seja colocado como ferramenta a serviço da Produção Programada ou de programas similares;

- ✓ Que seja ampliado o acesso de crédito direto ao pequeno produtor, mediante ampliação das linhas de financiamento e simplificação do nível de exigências;
- ✓ Que a determinação dos níveis de demanda interna e externa seja procedida pelos organismos competentes e amplamente divulgada, visando o real dimensionamento das necessidades de produção e consumo e a orientação competente do mercado;
- ✓ Que a questão tecnológica, especialmente no tocante à assistência técnica e extensão rural, pesquisa, disseminação de informações de mercado e informática, seja objeto de intercâmbio de experiência, através de sua inclusão em uma das Redes de Cooperação Técnica da FAO. Igualmente se recomenda a alocação de recursos financeiros para projetos específicos de aperfeiçoamento tecnológico, através de cartas consultas a organismos nacionais e internacionais;
- Quanto ao Controle de Qualidade: Sobre este tópico da maior relevância por estar em jogo a questão da saúde pública, o Grupo houve por bem recomendar o seguinte:
  - ✓ Que seja estimulado em todos os mercados atacadistas (oficiais ou não) o questionamento relativo a Programas de defesa sanitária e o seu cumprimento dentro dos perímetros de abrangência;
  - ✓ Que seja fortalecida a atuação das Unidades de Extensão Rural, de modo a assegurar a defesa sanitária nas zonas de produção;
  - ✓ Que sejam estimulados convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa, objetivando detectar a presença de

agrotóxicos e outros produtos químicos nocivos à saúde humana;

- ✓ Que seja ampliado o debate em torno da qualidade dos produtos colocados no mercado, dentro de uma ótica educativa, de modo a envolver todos os segmentos sociais. Neste particular, devem ser utilizados os mercados atacadistas, os organismos de extensão rural, as associações de produtores e consumidores, enfim todas as formas organizadas da sociedade, como agentes estimuladores do debate e garantidores da ação fiscalizadora da aplicação da legislação vigente;
  - ✓ Que seja estimulado a capacitação e o treinamento de mão-de-obra empregada nos laboratórios, de forma a familiarizá-la com as inovações tecnológicas e aumentar-lhes o grau de confiabilidade;
  - ✓ Que seja revista e atualizada a legislação pertinente nos casos em que se fizer necessário;
  - ✓ Que seja proposto o financiamento a organismos nacionais e internacionais, para o intercâmbio técnico e a compra de equipamentos modernizantes para laboratórios de Controle de Qualidade, objetivando a precisão dos testes de adequação e a dinamização dos processos de avaliação.
- Quanto à Informação de Mercado: A informação sistematizada nos mercados que contenham preços de venda dos produtores e atacadistas, unidades físicas comercializadas, qualidade, disponibilidades de oferta, tendências de preços etc, constituiu-se um elemento de juízo indispensável para todos os segmentos envolvidos no processo, desde a produção até o consumo final. Tal sistema de informação deve ser cristalizado em tempo, lugar e forma, de tal sorte que possa

ser utilizado como elemento referencial válido no momento de tomada de decisões relacionadas com as compras e vendas dos produtos e, inclusive, sobre o quê, quando e como plantar.

Neste particular, portanto, o Grupo I recomenda o seguinte:

- ✓ Que seja estruturado o sistema de informações de preços e de mercado em todos os entrepostos atacadistas urbanos e rurais, dada a importância relevante de todos os agentes envolvidos nos segmentos da comercialização;
- ✓ Que sejam utilizados os meios de comunicação de massa dos centros de produção e consumo, para que os verdadeiros interessados pelas informações as recebam (TV's, rádios, boletins, placares, jornais etc.).
- Quanto à Padronização, Classificação e Embalagens: No tocante a estes tópicos, o grupo concluiu e recomenda, entre outros, os seguintes aspectos:
  - ✓ Que sejam implantados sistemas de classificação regional de conformidade com as peculiaridades da produção.
  - ✓ Que sejam atualizados os padrões de qualidade para os produtos hortícolas, a partir principalmente da linguagem do mercado e do surgimento de novos cultivares;
  - ✓ Que sejam adotados sistemas de embalagens mais adequados e racionais para os produtos hortigranjeiros;
  - ✓ Que seja melhorada a uniformização dos critérios de padronização e classificação, objetivando a mobilidade dos produtos em diferentes mercados e o alargamento dos mercados externos.
- Conclusões: Objetivando assegurar plenamente os resultados da Mesa Redonda e transformar em ações efetivas as

intenções manifestadas, o Grupo I recomenda à FAO, na condição de organismo de fomento à produção e distribuição de alimentos e como patrocinadora do evento, juntamente com a Cobal, algumas ações em nível de desdobramento prático.

Dentre elas, assume a importância fundamental à identificação de países capazes de oferecerem, com algumas vantagens comparativas pela sua experiência, transferência de tecnologia, mediante Acordos de Cooperação Técnica para fins específicos de consultoria nas seguintes áreas:

- ✓ Desenvolvimento de modelos alternativos para a modernização dos sistemas de comercialização agrícola e de Abastecimento Alimentar;
- ✓ Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira para a implantação de:
  - Mercados Atacadistas Urbanos
  - Mercados Atacadistas Rurais
  - Feiras Cobertas de Uso Múltiplo
  - Centros de Abastecimento
  - Hortomercados
- ✓ Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia (projetos executivos), incluindo administração e fiscalização das obras;
- ✓ Assistência técnica/operacional durante a fase de implantação e transferência de usuários dos antigos para aos novos mercados;
- ✓ Treinamento e capacitação para os produtores, atacadistas, varejistas e demais operadores de mercado;

- ✓ Elaboração de estudos conjunturais e testes de modelos explicativos;
- ✓ Treinamento e capacitação em engenharia econômica para pessoal técnico da área de projetos, visando a autocapacitação da mão-de-obra local;
- ✓ E, finalmente, técnicas de controle de qualidade para produtos hortigranjeiros, desenvolvidas mediante convênios com laboratórios, centros de pesquisa e universidades, a partir de amostras colhidas nos próprios mercados atacadistas (Centrais de Abastecimento).

## **7.2 Grupo II**

O Grupo II concluiu que ações de Apoio Direto à Comunidade constituem-se em medidas de intervenção do poder público, quer com ações diretas, quer com elemento incentivador e organizador do mercado. Têm por finalidade minimizar situações de carência alimentar que assolam grande parte da população da América Latina.

Após amplas discussões dos diferentes programas levados a efeito pelos representantes dos países participantes da Mesa Redonda, o Grupo II, composto de Eduardo José Carbajal (Colômbia), Susy Sabanes (Uruguai), José Amaro G. Moreira, Antônio Leite, Wilson Sabonia e Gabriel Santos de Andrade (Brasil), concluiu e recomendou o seguinte:

- Que as empresas Centrais de Abastecimento devem desenvolver, além de sua função básica ligada ao segmento atacadista de produtos hortigranjeiros, também outros programas de apoio à comunidade, que favoreçam ao consumidor final, especialmente às populações de baixa

renda, objetivando assegurar-lhes um melhor e mais adequado padrão alimentar;

- Que os programas devam buscar eliminar ao máximo a intermediação desnecessária, tendo, ainda, um decidido apoio das autoridades federais, estaduais e municipais.
- Que equipamentos e programas tais como mercados comunitários, compras comunitárias, varejões, sacolões, hortomercados, módulos de abastecimento, feiras cobertas e livres, mercadões populares e mercadiário, devem funcionar com o propósito de regular preços, aproximar produtores e consumidores, além de servirem para organizar a comunidade, estimulando operações e trabalhos cooperativos;
- Que se promova uma ampla divulgação entre os países de todos os tipos de programas de apoio comunitário, a fim de que estes possam ser implementados de acordo com as condições particulares de cada um;
- Finalmente, é importante salientar que a tecnologia e/ou experiência com programas de apoio comunitário está assim distribuída:
  - ✓ Mercados Comunitários – Mercado Central de Buenos Aires/ Argentina;
  - ✓ Compras Comunitárias, varejão, Sacolão, Hortomercados, Módulos de Abastecimento, Mercadões Populares, Feiras Cobertas e livres – Cobal/ Ceasa/ Brasil;
  - ✓ Feiras Livres – Direção Nacional de Subsistência/ Uruguai
  - ✓ Mercadiário e Varejão – Cavasa/Cali/ Colômbia.

### **7.3 Grupo III**

Os componentes do Grupo III, Jeorge Di Gregório (Argentina), Adrián Delgado (Peru), Gilson S. Neves, Antônio Carlos dos S. Rodrigues, Sebastião de C. Bichuette e Paulo Henrique Beltrão (Brasil), após discutirem sobre os diversos Programas de Apoio Direto à Comunidade, executados pelas instituições responsáveis pela administração dos mercados atacadistas e, considerando também a natureza do documento a ser elaborado e a exigüidade do tempo, resolveram englobar os diversos programas em dois grandes grupos para efeito de conclusões e recomendações.

No primeiro grupo foram englobados programas como os Sacolões, Varejões, Hortomercados e similares, os quais são normalizados e supervisionados por instituições governamentais, porém operacionalizados diretamente por agentes comerciais privados. No segundo grupo foram incluídos programas operacionalizados diretamente pelas instituições governamentais que se responsabilizam pelas aquisições, transporte, armazenamento, desdobramento e vendas.

Quanto aos programas englobados no primeiro grupo, os elementos do grupo III consideraram que, de um modo geral, são bastante válidos, uma vez que sem depender de subsídios e promovendo a iniciativa privada, facilitam o escoamento da produção, atendem populações carentes, disseminam práticas comerciais modernas e atuam como reguladoras e/ou inibidores dos preços.

Já com relação ao segundo grupo, constituído por programas operacionalizados pelo poder público, via de regra subsidiados, consideraram que os mesmos só se justificam em determinadas condições emergenciais como perspectivas de desabastecimento e/ou atendimento a bolsões de miséria. As restrições à execução de tais

programas pelo poder público estão vinculadas às suas características de subsídio e populismo, aos efeitos negativos que provocam em relação a rede varejista tradicional e também não deve ser descartado o caráter de descontinuidade dos mesmos. Em geral, são programas efêmeros com nítidas características eleitorais que, inclusive, melindram as expectativas das populações “beneficiadas”, além do que os resultados obtidos até o presente momento carecem de análises mais consistentes sobre o seu real valor.

Como recomendações globais, válidas para os dois tipos de programas, o grupo III sugere o seguinte:

- Que haja intercâmbio de trabalhos técnicos específicos sobre cada um dos programas citados durante a Mesa Redonda, entre todos os países da América Latina;
- Que sejam formalizados convênios de cooperação técnica entre os países interessados em implantar novos programas e os países detentores de Know-How específico;
- Que os três tipos de programas ressaltados, isto é, operacionalizados pelo próprio poder público, tenham as suas implantações, quando for o caso, precedidas de análises consistentes de custo / benefício, buscando avaliar ainda as suas possíveis conseqüências a curto, médio e longo prazos em relação à estrutura varejista privada e/ou tradicional;
- E, finalmente, que se busque a participação intensa da comunidade a ser beneficiada pelo programa, a partir do momento de sua concepção, procurando, inclusive, responsabilizar as entidades como estabelecimento de prioridades, seleção de produtos, seleção das famílias, distribuição final etc.

## 7.4 Grupo IV

O Grupo IV, composto de José Antônio Brisceño (Venezuela), Orlando Gilardoni (Argentina), Maurício Lima, Jorge Miguel Samek, Victor Frade Almeida e Herlon G. Almeida (Brasil), concluiu e recomendou o seguinte sobre o tema **Melhorias Tecnológicas** a partir dos Mercados Atacadistas:

- Quanto ao Caixa Único
  - ✓ Que o sistema é bom e essencial para os mercados atacadistas;
  - ✓ Que a sua implantação tem que se dar com forte apoio político;
  - ✓ Que o sistema é uma evolução para os mercados atacadistas e, portanto, deve ser adotado por todas as Centrais de Abastecimento, mesmo que por etapas, conforme a realidade de cada região ou país;
  - ✓ Que o sistema tem diversas vantagens como maior transparência de preços e melhoria de informações;
  - ✓ Que possibilita maior capacidade de receita para os mercados, tanto para a sua expansão como para o desenvolvimento de programas sociais;
  - ✓ E, finalmente, que possibilita a melhoria da arrecadação de receitas dos governos junto a um segmento até então subtributado e/ou sonegador.
  
- Quanto à Produção Programada
  - ✓ Que é um importante programa para o estabelecimento de planos de produção agrícola nacionais;
  - ✓ Que contribui com excelentes informações aos produtores, possibilitando o ordenamento da produção e auxiliando os consumidores pela queda ou estabilização dos preços;

- ✓ Que possibilita alcançar a auto-suficiência regional do abastecimento para o caso dos produtos contemplados no programa;
- ✓ E, por último, que o programa possibilita a troca de informações entre países, facilitando um intercâmbio mais rápido, de forma a quebrar com a burocracia aduaneira;
- Quanto ao Controle de Qualidade
  - ✓ Que, no tocante a este tópico, o mais importante é o controle dos índices de agrotóxicos, devendo todos os mercados atacadistas fazer suas análises e orientando, a partir de então, os produtores quanto a usos adequados, prazos etc.;
  - ✓ Que o controle de qualidade deve tornar-se uma prioridade do desenvolvimento tecnológico dos países e que em ações conjuntas devem buscar o estabelecimento de práticas biológicas objetivando também o controle de pragas e doenças na agricultura.
- Quanto à Informação de Preços e Mercado
  - ✓ Que é fundamental para os mercados a transparência dos preços, evitando, assim, o passeio dos produtos e possibilitando aos produtos maiores informações sobre as situações de mercado mais vantajosas;
  - ✓ Que se constitui a informação de preços e mercado num elemento básico para a produção programada.
- Quanto à Padronização, Classificação e Embalagem
  - ✓ Que a uniformização de critérios deve ser implantada o mais breve possível entre regiões e entre países para um intercâmbio comercial mais fácil e mais honesto;

- ✓ Que deve ser adotada uma política nacional e latina de padronização, classificação e embalagem;
- ✓ Que há necessidade cada vez mais crescente de se ter uma classificação (tipificação) funcional para todos os produtos.
- Recomendações gerais: Deve-se apoiar, sob a coordenação da FAO, uma política de cooperação técnica e troca de experiências em todos os níveis que envolvam a produção, distribuição e consumo de alimentos, em especial no tocante aos produtos perecíveis ou hortigranjeiros. Igualmente devem-se apoiar as Centrais de Abastecimento na condução de programas de abastecimento de cunho social, voltados para populações de baixa renda, objetivando transformar as Centrais de Abastecimento em instrumentos de política governamental acima de meras locadoras de espaços comerciais. Para tanto, as suas ações devem estar inseridas em toda a política de abastecimento, compreendendo preocupações – que devam envolver desde a produção à distribuição (atacado e varejo) e consumo.

## **PARTICIPANTES DA MESA**

### **1. EXTERIOR**

- Luís Alberto Duce – Presidente / Corporação Mercado Central de Buenos Aires – Argentina.
- Orlando Gilardoni – Diretor / Corporação Mercado Central de Buenos Aires - Argentina.
- Jeorge Di Gregório – Assessor da Presidência da Corporação Mercado Central de Buenos Aires – Argentina.
- Eduardo José Carvajal Uribe – Gerente Geral / CAVASA / Cali-Colômbia.
- Alex Riviera Acosta – Gerente Geral / GRANABASTOS / Barranquilla – Colômbia.
- Adriân Delgado Marchello – Diretor da EMMSA / Lima – Peru
- José Antônio Briceño – Presidente da MERCABAR / Barquisimeto – Venezuela
- Susy Sabanes de Cardarello – Diretoria do Departamento de Mercados e Feiras da Direção Nacional de Subsistência / Montevideú – Uruguai.
- Guilherme Henrique Schuetz – Representando o Escritório Regional da FAO em Santiago / Chile e Coordenador dos Trabalhos da Mesa Redonda.

### **2. DO BRASIL**

- Jorge Miguel Samek – Diretor Presidente da Ceasa/PR
- Herlon Goelzer de Almeida – Diretor Técnico/Financeiro da Ceasa/PR

- Geraldo Frazão – Diretor Técnico da Ceasa/MG
- Ideraldo de Souza Viana – Chefe do Departamento de Informações e apoio Operacional da Ceasa/MG.
- Gilson Santos Neves – Chefe da Seção de Produção Programada e Análise Conjuntural da Ceasa/MG
- Paulo Fernando Monteiro de Queiroz – Diretor Presidente da Ceasa/PE
- José Amaro Guimarães Moreira – Diretor Técnico/Financeiro da Ceasa/PE
- Antônio Leite da Cruz – Chefe da Divisão de Mercado Atacadista da Ceasa/RJ
- Antônio Carlos dos Santos Rodrigues – Chefe da Divisão de Mercado Varejista da Ceasa/RJ.
- Maurício Leopoldo e Silva Pereira Lima – Diretor de Operações de Entrepósitos da Ceagesp
- Arnaldo Faria da Silva – Gerente de Produção do Banespa
- Ildeu Ferreira de Andrade – Presidente da Associação Mineira de Sacolões/ Amisa
- Eustáquio Soares Maia – Vice-Presidente da Associação Mineira de Sacolões/ Amisa
- Tarcísio da Silva Siqueira – Coordenador de Horticultura da Embrater
- Sebastião de Castro Bichuette – Diretor Presidente da Ceasa/DF
- Ivan Moreira da Silva – Gerente do Departamento de Centrais de Abastecimento da Dircen/Cobal e Coordenador pela Cobal da Mesa Redonda.

- Victor Frade de Almeida – Gerente do Departamento de Produtos Hortigranjeiros da Dircen/Cobal.
- Miguel Ângelo Nogueira Lopes – Gerente do Programa de Marcas Próprias da Direc/Cobal.

### **3. PARTICIPANTES OUVINTES (CONFIRMADOS)**

- Técnicos do Departamento de Centrais de Abastecimento/DECEN
  - ✓ Paulo Henrique Beltrão de Andrade Lima – Chefe da Divisão Operacional do Decen.
  - ✓ Marilene Batista Amaral
  - ✓ Edson de Castro Santos
  - ✓ Gabriel Santos de Andrade
  - ✓ Maria Aparecida Santos Pereira
  - ✓ Jeanne Maria Chaves de Freitas
  - ✓ Sebastião Vilmar José Peixoto
- Técnicos do Departamento de Produtos Hortigranjeiros / Dehort
  - ✓ Herberto Santiago
  - ✓ Sebastião Quirino de Moraes
  - ✓ Lincoln José Pereira
  - ✓ José Nilson Gomes de Sousa
  - ✓ Marcel Louis Huthmacher
- Técnicos de outras Diretorias
  - ✓ Everaldo Trigueiro do Valle

✓ Alnei Guimarães Souza